Notícias do dia 17 de novembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 7

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Ipasgo tem troca de comando, mas força-tarefa continua . . . 3

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Contrato é alvo de denúncias . . . 4

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO
Comida vira disputa judicial . . . 7

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ - PI - NOTÍCIAS
TCE - GO
Conselheiro Jaylson Campelo é eleito Diretor de Desenvolvimento do Controle Externo da ATRICON . . . 8

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projetos de deputados são destaque da sessão desta 4ª-feira, 17 . . . 10

O POPULAR ONLINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Contrato de marmitas no sistema prisional de Goiás é alvo de denúncias . . . 12

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Ipasgo tem troca de comando, mas força-tarefa continua . . . 15

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos de deputados são destaque da sessão desta 4ª-feira, 17 . . . 16

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos de deputados são destaque da sessão desta 4ª-feira, 17 . . . 18

Ipasgo tem troca de comando, mas força-tarefa continua

Elisama Ximenes

O secretário-geral da Governadoria de **Goiás**, Adriano da Rocha Lima, diz que o trabalho da força-tarefa criada para fazer auditoria no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) continua em andamento, mas que o secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino, que acumulava a presidência da autarquia desde setembro, jáfezsua parte.

Na sexta-feira (12), o governador Ronaldo Caiado (DEM) publicou, em edição suplementar do Diário Oficial do Estado (DOE), a saída de Alexandrino da presidência do Ipasgo, que ocupava de forma interina, e a nomeação de Leonardo Lobo Pires para o posto. Com isso, o titular da Secretaria de Estado da Saúde deixa de acumular as duas funções.

Leonardo estava nomeado como assessor especial na Secretaria de Estado de Administração e era o atual diretor de Gestão Integrada do Ipasgo. No site do instituto, já consta o novo organograma, com os ocupantes dos cargos comandados pelo novo presidente.

O governador nomeou Alexandrino para assumir o Ipasgo interinamente em 21 de setembro, um dia depois da saída de Hélio José Lopes. Seu pedido de exoneração foi feito no momento em que a autarquia estava envolvida em uma polêmica provocada pelo corte de 50% das cotas de atendimentos eletivos.

Na época, o POPULAR noticiou que o corte teria sido decidido à revelia do governador e, portanto, teria gerado estresse no Palácio das Esmeraldas. Quatro dias antes da exoneração de Hélio, o **conselheiro Celmar Rech**, do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), determinou, em medida cautelar, o restabelecimento das cotas.

Quando Alexandrino assumiu, o governo anunciou um trabalho de compliance, que tinha a intenção de recuperar R$ 200 milhões com auditoria de faturas. Na época, foi criada uma força-tarefa com os secretários Adriano da Rocha Lima (Governadoria) e Rodney Miranda (Segurança Pública) e o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller.

Segundo Rocha Lima, o trabalho da força-tarefa segue em andamento. O secretário afirma que Ismael, durante esses quase dois meses, organizou os processos e implantou o grupo de trabalho. "Agora, precisa de alguém dedicado para dar continuidade", justifica.

Ele também afirma que a expectativa de recuperar R$ 200 milhões pode ser reduzida. "Mas ainda há muito trabalho por fazer", conclui.

Site: https://opopular.com.br/digital/17-novembro-2021/1o-caderno

Contrato é alvo de denúncias

Cristiane Lima

Uma disputa judicial envolvendo a contratação de uma nova empresa para fornecer por um ano a alimentação de presos e servidores do Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia** causa polêmica às vésperas do fim do atual contrato. De um lado, a Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP) garante que a empresa vencedora, a Ciga Alimentos, obedeceu aos critérios da seleção e deve assumir o serviço no dia 26 de novembro por R$ 29,7 milhões. Do outro, a atual fornecedora, Vogue Alimentação, questiona a lisura do processo porque, entre outros motivos, a vencedora teria sido beneficiada com informações privilegiadas e que é de propriedade da esposa de um policial militar lotado na DGAP.

Na Justiça, a licitação chegou a ser suspensa por meio de liminar em julho, mas passou novamente a valer em setembro após recurso do governo estadual. Após manifestação das partes, está na fase de análise do mérito pelo magistrado. No **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), uma instrução técnica apontou a existência de "indícios de possíveis desconformidades no julgamento de habilitação" da Ciga a serem apurados após a manifestação das partes envolvidas, previsto para ocorrer nesta semana. Preocupa o **TCE**-GO o fato de o contrato atual, emergencial, vencer em 24 de dezembro.

Nos últimos dias, as denúncias têm sido utilizadas por opositores ao governo estadual, sobretudo quanto ao aspecto de combate à corrupção.

A expectativa é que tanto no Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO) como no tribunal de contas haja decisões antes do fim do contrato. Além disso, a DGAP abriu uma sindicância para apurar uma denúncia de favorecimento à Ciga em relação ao recebimento de informação antecipada sobre um despacho do certame. Em agosto, a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) arquivou uma denúncia relativa a esse possível favorecimento.

A briga entre Vogue e Ciga começou ainda na licitação, quando após o anúncio do resultado, a primeira entrou com um recurso conseguindo a inabilitação da vencedora. A Vogue alegava irregularidades, como a falta de capacidade técnica e de documentação exigida no edital. A Ciga conseguiu reverter a decisão, segundo a Vogue graças a intervenção sem ter sido provocada da direção da DGAP, que rebate a acusação. Após a homologação do resultado no Diário Oficial do Estado (DOE), o caso parou na Justiça.

Posteriormente, a relação entre a empresária Suzane Fleury, sócia-proprietária da Ciga, com o sargento da PM José Fábio Vieira de Sá, com quem é casada, foi exposta pelo sindicato dos agentes penitenciários. José Fábio está lotado como motorista da presidência da DGAP e segundo a denúncia isso teve interferência na licitação. Essa informação também consta na denúncia feita ao **TCE** e posteriormente foi acrescentada no processo judicial.

O atual diretor-geral da DGAP, tenente-coronel da PM Franz Augusto Marlus Rasmussen Rodrigues, nega as acusações feitas pela Vogue e refuta qualquer interferência na escolha. Ele afirma que todas as empresas participantes deste ou de qualquer outro processo de licitação no órgão têm acesso às mesmas informações, que são cadastradas no sistema eletrônico ao qual os participantes tem acesso com login e senha fornecidos no início do processo. Rasmussen ainda ressalta que a demora na finalização do processo se deu pela quantidade de questionamentos apresentados na Justiça, que teria, inclusive, obrigado a pasta a realizar um contrato emergencial para que não houvesse suspensão do fornecimento da alimentação.

Rasmussen destaca que a Ciga ganhou a licitação e que vai assumir o serviço no fim do próximo mês, sendo que a Vogue já foi informada que a pasta manterá a parceria apenas até 25 de novembro, um mês antes do fim do contrato emergencial. Isso porque existe uma cláusula no documento assinado em junho pela Vogue que determina o prazo mais vantajoso para o estado, ou de seis meses como limite ou até a finalização do processo licitatório. "O procedimento licitatório é mais vantajoso que o contrato emergencial, por isso ele vai encerrar antes do fim."

Sobre a possibilidade a Ciga ter tido acesso a informações privilegiadas durante a licitação, como alegou a Vogue, o diretor-geral nega e diz que há equipes técnicas na pasta para esta apuração, além dos documentos terem sido analisados e aprovados tanto na procuradoria setorial, quanto na estadual. "Membros da comissão (de licitação) assinaram documento concordando que existe capacidade técnica. Isso passou pela procuradoria setorial, procuradoria do estado, controladoria." Ele ainda diz acreditar que a Vogue quer tumultuar o processo. "O que consta, inclusive em decisão judicial."

Rasmussen também nega qualquer relação pessoal com o sargento José Fábio, marido da sócia da Siga, e diz que vários militares atuam na DGAP, rebatendo acusação de que a empresa teria sido beneficiada por esta relação. "Dentro da DGAP, na lei que criou a DGAP, tem uma assistência da Polícia Militar, ela é coordenada por um tenente coronel da PM. Tem vários policiais aqui dentro. E eles não têm relação direta comigo. Ele não é motorista só meu. Não tem como vincular uma coisa nada a ver com a outra."

Rasmussen ainda diz que chegou à DGAP em fevereiro e só ficou sabendo desse caso depois da denúncia. "Chamei ele (José Fábio) aqui e perguntei se tinha parentesco. Ele respondeu que tem relacionamento. Não sei se são casados, não sei se têm filhos. Até porque eu não tenho uma relação próxima a ele." O diretor acrescenta que, depois que a empresa fez a denúncia, abriu sindicância para apuração, inclusive rever os processos até a declaração de vencedor. "Está sendo apurado se existe algum problema. Conversei com nossa procuradora e não existe ilegalidade nisso, conversei com a controladoria."

O diretor-geral ainda diz que tem atuado para avaliar processos dentro da DGAP e apura a possibilidade de haver cartel nas empresas participantes dos processos de contratação.

"Indícios são gravíssimos"

O advogado Carlos Leonardo Pereira Segurado, que representa a Vogue Alimentação nos processos que tramitam na Justiça e no Tribunal de Contas, afirma que existem fortes indícios de que a Ciga Alimentos foi beneficiada para vencer a licitação do serviço de alimentação no Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia** e que é gravíssima a relação da dona da empresa com um servidor da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP). "Ele é marido, trabalha no sistema, é motorista do diretor que mandou voltar atrás na decisão que tinha indeferido a habilitação da empresa (Ciga), os indícios são gravíssimos."

Segurado argumenta que a postura da DGAP no processo, segundo ele em defesa da Ciga e atacando a Vogue, reforça a parcialidade do órgão na licitação. "Isso demonstra claramente que eles estão tentando favorecer um em detrimento do outro."

O advogado diz que a Vogue estava na Justiça contra a licitação questionando aspectos legais e que a relação entre os sócios da Ciga com um servidor da DGAP foi primeiro apontada pelo sindicato que representa os policiais penais e depois acrescentada pela Vogue na acusação feita no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). "E o **TCE** levantou novos dados já", afirmou ele, em referência ao apontamento que consta em uma instrução técnica do órgão de que o endereço da Ciga já foi citado pelo servidor da DGAP como residencial dele em um processo judicial de 2013.

Segurado também afirma que a Vogue presta o serviço há anos para o Estado e que nunca teve nenhuma denúncia contra. "Se tivesse era obrigação (da DGAP) ter apresentado."

Empresária rebate acusações

A empresária Suzane Fleury, uma das sócias da Ciga Alimentos, afirma que não há nenhuma irregularidade no contrato conquistado após processo licitatório, que a empresa tem condições de fazer o serviço conforme previsto no edital e que a Vogue Alimentação, que perdeu o pregão, está fazendo os questionamentos na Justiça e no Tribunal de Contas para tumultuar o processo e de alguma forma se beneficiar com isso, uma vez que é quem atualmente presta o serviço no Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia**.

"Pelo fato da Vogue não ganhar, fica levantando questões que não tem nada a ver. Se ela não aceita ter perdido, que colocasse valores que pudesse praticar, não que ficasse usando de sujeiras", comentou.

A Ciga Alimentos foi criada em 2009 e possui experiência no atendimento de contratos do segmento. Ela presta serviços para restaurantes populares dos governos estaduais de **Goiás** e do Distrito Federal.

Nesta terça-feira (16), a Ciga divulgou nas suas redes sociais uma nota de esclarecimento na qual afirma que as denúncias são caluniosas, infundadas e que as decisões que mantiveram a empresa como a detentora da oferta mais vantajosa para a DGAP foram validadas pela **Controladoria Geral do Estado** (**CGE**) e pelo Judiciário. "A empresa comprovou em todos os âmbitos processuais a sua capacidade."

Suzane negou que sua relação com o sargento da PM José Fábio Vieira de Sá tenha influenciado na conquista do contrato. Na nota nas redes, a Ciga diz que o sargento não possui nenhuma relação com a pessoa jurídica licitante. Ao POPULAR, a empresária disse que ele não ocupa nenhum cargo relacionado ao processo licitatório.

"O José Fábio não tem a ver com a minha profissão, nada a ver. Além do mais, ele não faz parte de nenhuma destas questões da licitação, não faz parte de nada disso. Talvez por eu ser mulher, a empresa (Vogue) está alegando que eu não tenha

competência? Não existe isso", disse Suzane, destacando que desde a fundação a Ciga não tem "nenhuma mancha".

Ainda segundo a empresária, que divide a sociedade da Ciga com seu filho, é mentira que a empresa teve acesso a informações privilegiadas durante a licitação. Ela também afirma que seu papel é cuidando da empresa e que os processos licitatórios são acompanhados por escritórios de advocacia especializados. "Nós somos proprietários, só temos os resultados finais."

Site: https://opopular.com.br/digital/17-novembro-2021/1o-caderno

Comida vira disputa judicial

Às vésperas do fim do atual contrato, uma disputa judicial envolvendo a contratação de uma nova empresa para fornecer por um ano a alimentação de presos e servidores do Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia** causa polêmica.

De um lado, a Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP) garante que a empresa vencedora, a Ciga Âlimentos, obedeceu aos critérios da seleção e deve assumir o serviço no dia 26 de dezembro, por RS 29,7 milhões. Do outro, a atual fornecedora, Vogue Alimentação, questiona a lisura do processo porque, entre outros motivos, a vencedora teria sido beneficiada com informações privilegiadas e que é de proprieda de da esposa de um policial militar lotado na DGAP.

Na Justiça, a licitação chegou a ser suspensa por meio de liminar em julho, mas passou novamente a valer em setembro após recurso do governo estadual. Após manifestação das partes, está na fase de análise do mérito pelo magistrado. No **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), uma instrução técnica apontou a existência de "indícios de possíveis desconformidades no julgamento de habilitação" da Ciga a serem apurados após a manifestação das partes envolvidas, previsto para ocorrer nesta semana. Preocupa o **TCE**-GO o fato de o contrato atual, emergendal, vencer em 24 de dezembro.

A expectativa é que tanto no Tribunal de Justiça (Tj-GO) como no tribunal de contas haja decisões antes do fim do contrato. Além disso, a DGA Pabriuuma sindicância para apurar uma denúncia de favorecimento à Ciga em relação ao recebimento de informação antecipa- da sobre um despacho durante a tramitação do certame. Em agosto, a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) arquivou uma denúncia relativa a esse possível favorecimento.

A briga entre Vogue e Ciga começou ainda na licitação, quando após o anúncio do resultado, a primeira entrou com um recurso conseguindo a inabilitação da vencedora. A Vogue alegava irregularidades, como a falta de capacidade técnica e de documentação exigida no edital. A Ciga conseguiu reverter a decisão, segundo a Vogue graças à intervenção sem ter sido provocada da direção da DGAP, que rebate a acusação. Após a homologação do resultado no Diário Oficial do Estado (DOE), o caso parou na justiça.

DIRETOR

Atual diretor-geral da DGAP, tenente-coronel da PM Franz Augusto Marius Rasmussen Rodrigues, nega as acusações feitas pela Vogue e refuta qualquer interferência na escolha. Ele afirma que todas as empresas participantes deste ou de qualquer outro processo de licitação no órgão têm acesso às mesmas informações, que são cadastradas no sistema eletrônico ao qual os participantes têm acesso com logine senha fornecidos no início do processo. Ressalta ainda que a demora na finalização do processo se deu pela quantidade de questionamentos apresentados na justiça, que teria, inclusive, obrigado a pasta a realizar um contrato emergendal para que o serviço não fosse interrompido.

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/17-novembro-2021/daqui-go

Conselheiro Jaylson Campelo é eleito Diretor de Desenvolvimento do Controle Externo da ATRICON

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) vai contar com o **conselheiro** substituto do **TCE** Piauí, Jaylson Campelo, como Diretor de Desenvolvimento do Controle Externo. Ele foi escolhido para o cargo na eleição da nova diretoria da Associação, realizada durante o II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em João Pessoa (PB). Jaylson Campelo representará o **Tribunal de Contas do Estado** do Piauí (**TCE**-PI) no biênio 2022-2023.

"Seguramente é uma posição de destaque para o nosso Tribunal, pois não é fácil encontrar espaço nesse meio, já que o sistema dos Tribunais de Contas tem uma quantidade muito grande de pessoas muito preparadas, que desenvolvem as suas competências, habilidades, e fazer parte desse grupo é sempre gratificante", destacou o **conselheiro** Jaylson Campelo.

O **conselheiro** substituto também explicou a sua nova função na entidade, que foi criada em 1992, e tem como finalidade atuar na representação e na integração do Sistema de Controle Externo do país.

"A diretoria de Controle Externo é responsável pela elaboração das diretrizes para os Tribunais de Contas na sua abordagem. Isso quer dizer que devemos instruir como os Tribunais de Contas devem fazer e como devem fiscalizar. É um cargo que considero muito importante e de muita responsabilidade para exercer, mas estamos com as energias redobradas para enfrentar esse desafio", declarou Jaylson.

A nova diretoria da ATRICON tem como novo presidente o **conselheiro** do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (**TCE**-RS), Cezar Miola, e na vice-presidência executiva o **conselheiro** do Tribunal de Contas de Rondônia (**TCE**-RO), Edilson de Sousa Silva. Confira, abaixo, a nova diretoria, na íntegra.

Nova Diretoria da ATRICON (Biênio 2022-2023)

Presidente : Cezar Miola (**TCE**-RS)

Vice-Presidente Executivo: Edilson de Sousa Silva (**TCE**-RO)

Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais: Joaquim Alves de Castro Neto (TCM-GO)

Diretores de Relações Político-Institucionais:

Luiz Antônio Chrispim Guaraná (TCM-RJ)

Manoel Pires dos Santos (**TCE**-TO)

Marcos Coelho Loreto (**TCE**-PE)

Michel Houat Harb (**TCE**-AP)

Renato Martins Costa (**TCE**-SP)

Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais: Milene Dias da Cunha (**TCE**-PA)

Diretores de Relações Jurídico-Institucionais:

Cláudio Couto Terrão (**TCE**-MG)

Gonçalo Domingos de Campos Neto (**TCE**-MT)

José de Ribamar Caldas Furtado (**TCE**-MA)

Odilon Inácio Teixeira (**TCE**-PA)

Rafael Souza Fonsêca (**TCE**-SE)

Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle Externo: Sebastião Carlos Ranna de Macedo (**TCE**-ES)

Diretores de Desenvolvimento do Controle Externo:

Carlos da Costa Pinto Neves Filho (**TCE**-PE)

Fabrício Macedo Motta (TCM-GO)

Felipe Galvão Puccioni (TCMRJ)

Jaylson Fabianh Lopes Campelo (**TCE**-PI)

Soraia Thomaz Dias Victor (**TCE**-CE)

Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos: João Antônio da Silva Filho (TCM-SP)

Diretores de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos:

Antonio Gilberto de Oliveira Jales (**TCE**-RN)

Humberto Bosco Lustosa Barreira (**TCE**-GO)

Naluh Maria Lima Gouveia (**TCE**-AC)

Roberto Debacco Loureiro (**TCE**-RS)

Sebastião Cezar Leão Colares (TCM-PA)

Vice-Presidente de Relações Internacionais: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (**TCE**-SC)

Diretores de Relações Internacionais:

Fernando Rodrigues Catão (**TCE**-PB)

Marco Antônio Lopes Peixoto (**TCE**-RS)

Marcus Vinícius de Barros Presídio (**TCE**-BA)

Otávio Lessa de Geraldo Santos (**TCE**-AL)

Wanderley Geraldo de Ávila (**TCE**-MG)

Conselho Fiscal (titulares):

Susana Maria Fontes Azevedo Freitas (**TCE**-SE)

Mario Manoel Coelho de Mello (**TCE**-AM)

Plínio Carneiro da Silva Filho (TCM-BA)

Conselho Fiscal (suplentes):

Francisco Júnior Ferreira da Silva (**TCE**-RO)

Manoel Dantas Dias (**TCE**-RR)

Telmo de Moura Passareli (**TCE**-MG)

Site: https://www.tce.pi.gov.br/conselheiro-jaylson-campelo-e-eleito-diretor-de-desenvolvimento-do-controle-externo-da-atricon/

Projetos de deputados são destaque da sessão desta 4ª-feira, 17

Pauta do encontro de hoje deve contar com 65 processos legislativos para apreciação dos deputados, sendo 63 de autoria dos próprios parlamentares. Um dos destaques, para votação final, é o projeto que disciplina a pesca, a aquicultura e a proteção da fauna aquática em **Goiás**. A população poderá acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 17, deve contar com 65 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião desta semana será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 63 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 19 propostas em fase de votação definitiva e 44 em primeira apreciação. De autoria do Poder Executivo, a pauta traz um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta do deputado Álvaro Guimarães (DEM) que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia municipal GTB-001 situada no município de Goiatuba. O texto foi protocolado na Casa sob nº 5282/21.

A referida rodovia passa por várias propriedades rurais que desenvolvem ampla atividade agrícola e pecuária, as quais têm encontrado dificuldade no escoamento da produção. Álvaro Guimarães coloca, em justificativa à sua iniciativa, que os moradores do município de Goiatuba enfrentam dificuldades para uso da via, que se encontra em precárias condições, o que causa transtornos para os usuários e amplia o risco de acidentes. "É indubitável o grande fluxo de veículos nessa estrada, sendo necessária e importante, portanto, a estadualização reivindicada" defende o deputado.

Pesca

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 6495/21, de autoria do deputado Tião Caroço (DEM), que altera a Lei nº 13.025, de 13 de janeiro de 1997, a qual dispõe sobre a pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática em **Goiás**.

A intenção dessa alteração, segundo consta no texto da matéria, é introduzir na legislação estadual a figura do guia de pesca e turismo ambiental e regulamentar tal atividade. Além disso, propõe-se fazer um cadastro estadual desses guias para auxiliar no controle da atividade e na criação de ações afirmativas que causem o incremento e a melhoria dos serviços desses guias. "Melhorando, assim, a prestação dos serviços ligados ao turismo em **Goiás**", anota Caroço em justificativa.

De acordo com a proposta, em caso de prática de infração ambiental, o cadastro do guia de pesca e turismo ambiental, após devido processo administrativo, será suspenso por um ano. Em caso de reincidência, a suspensão será de dois anos.

O licenciamento para a atividade de pesca esportiva e subaquática será limitado à captura e ao consumo, que deve acontecer apenas no local da pescaria. "Com estocagem máxima permitida de três quilogramas de pescado por pessoa portadora de licença de pesca, sem direito ao transporte para outras localidades e respeitando os limites de tamanho mínimo e máximo estipulados para cada espécie, sendo proibido o abate das mesmas em defeso", explica o texto do projeto.

Cooperativismo

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 8131/21, assinado pelo presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB). A proposta institui a Política Estadual do Cooperativismo em **Goiás** e prevê um conjunto de diretrizes e regras voltadas para o incentivo à atividade e ao seu desenvolvimento no estado.

Se esses projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 17, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/121496/projetos-de-deputados-sao-destaque-da-sessao-desta-4-feira-17

Contrato de marmitas no sistema prisional de Goiás é alvo de denúncias

Uma disputa judicial envolvendo a contratação de uma nova empresa para fornecer por um ano a alimentação de presos e servidores do Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia** causa polêmica às vésperas do fim do atual contrato. De um lado, a Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP) garante que a empresa vencedora, a Ciga Alimentos, obedeceu aos critérios da seleção e deve assumir o serviço no dia 26 de novembro por R$ 29,7 milhões. Do outro, a atual fornecedora, Vogue Alimentação, questiona a lisura do processo porque, entre outros motivos, a vencedora teria sido beneficiada com informações privilegiadas e que é de propriedade da esposa de um policial militar lotado na DGAP.

Na Justiça, a licitação chegou a ser suspensa por meio de liminar em julho, mas passou novamente a valer em setembro após recurso do governo estadual. Após manifestação das partes, está na fase de análise do mérito pelo magistrado. No **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), uma instrução técnica apontou a existência de "indícios de possíveis desconformidades no julgamento de habilitação" da Ciga a serem apurados após a manifestação das partes envolvidas, previsto para ocorrer nesta semana. Preocupa o **TCE**-GO o fato de o contrato atual, emergencial, vencer em 24 de dezembro.

Nos últimos dias, as denúncias têm sido utilizadas por opositores ao governo estadual, sobretudo quanto ao aspecto de combate à corrupção.

A expectativa é que tanto no Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO) como no tribunal de contas haja decisões antes do fim do contrato. Além disso, a DGAP abriu uma sindicância para apurar uma denúncia de favorecimento à Ciga em relação ao recebimento de informação antecipada sobre um despacho do certame. Em agosto, a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) arquivou uma denúncia relativa a esse possível favorecimento.

A briga entre Vogue e Ciga começou ainda na licitação, quando após o anúncio do resultado, a primeira entrou com um recurso conseguindo a inabilitação da vencedora. A Vogue alegava irregularidades, como a falta de capacidade técnica e de documentação exigida no edital. A Ciga conseguiu reverter a decisão, segundo a Vogue graças a intervenção sem ter sido provocada da direção da DGAP, que rebate a acusação. Após a homologação do resultado no Diário Oficial do Estado (DOE), o caso parou na Justiça.

Posteriormente, a relação entre a empresária Suzane Fleury, sócia-proprietária da Ciga, com o sargento da PM José Fábio Vieira de Sá, com quem é casada, foi exposta pelo sindicato dos agentes penitenciários. José Fábio está lotado como motorista da presidência da DGAP e segundo a denúncia isso teve interferência na licitação. Essa informação também consta na denúncia feita ao **TCE** e posteriormente foi acrescentada no processo judicial.

O atual diretor-geral da DGAP, tenente-coronel da PM Franz Augusto Marlus Rasmussen Rodrigues, nega as acusações feitas pela Vogue e refuta qualquer interferência na escolha. Ele afirma que todas as empresas participantes deste ou de qualquer outro processo de licitação no órgão têm acesso às mesmas informações, que são cadastradas no sistema eletrônico ao qual os participantes tem acesso com login e senha fornecidos no início do processo. Rasmussen ainda ressalta que a demora na finalização do processo se deu pela quantidade de questionamentos apresentados na Justiça, que teria, inclusive, obrigado a pasta a realizar um contrato emergencial para que não houvesse suspensão do fornecimento da alimentação.

Rasmussen destaca que a Ciga ganhou a licitação e que vai assumir o serviço no fim do próximo mês, sendo que a Vogue já foi informada que a pasta manterá a parceria apenas até 25 de novembro, um mês antes do fim do contrato emergencial. Isso porque existe uma cláusula no documento assinado em junho pela Vogue que determina o prazo mais vantajoso para o estado, ou de seis meses como limite ou até a finalização do processo licitatório. "O procedimento licitatório é mais vantajoso que o contrato emergencial, por isso ele vai encerrar antes do fim."

Sobre a possibilidade a Ciga ter tido acesso a informações privilegiadas durante a licitação, como alegou a Vogue, o diretor-geral nega e diz que há equipes técnicas na pasta para esta apuração, além dos documentos terem sido analisados e aprovados tanto na procuradoria setorial, quanto na estadual. "Membros da comissão (de licitação) assinaram documento concordando que existe capacidade

técnica. Isso passou pela procuradoria setorial, procuradoria do estado, controladoria." Ele ainda diz acreditar que a Vogue quer tumultuar o processo. "O que consta, inclusive em decisão judicial."

Rasmussen também nega qualquer relação pessoal com o sargento José Fábio, marido da sócia da Siga, e diz que vários militares atuam na DGAP, rebatendo acusação de que a empresa teria sido beneficiada por esta relação. "Dentro da DGAP, na lei que criou a DGAP, tem uma assistência da Polícia Militar, ela é coordenada por um tenente coronel da PM. Tem vários policiais aqui dentro. E eles não têm relação direta comigo. Ele não é motorista só meu. Não tem como vincular uma coisa nada a ver com a outra."

Rasmussen ainda diz que chegou à DGAP em fevereiro e só ficou sabendo desse caso depois da denúncia. "Chamei ele (José Fábio) aqui e perguntei se tinha parentesco. Ele respondeu que tem relacionamento. Não sei se são casados, não sei se têm filhos. Até porque eu não tenho uma relação próxima a ele." O diretor acrescenta que, depois que a empresa fez a denúncia, abriu sindicância para apuração, inclusive rever os processos até a declaração de vencedor. "Está sendo apurado se existe algum problema. Conversei com nossa procuradora e não existe ilegalidade nisso, conversei com a controladoria."

O diretor-geral ainda diz que tem atuado para avaliar processos dentro da DGAP e apura a possibilidade de haver cartel nas empresas participantes dos processos de contratação.

"Indícios são gravíssimos"

O advogado Carlos Leonardo Pereira Segurado, que representa a Vogue Alimentação nos processos que tramitam na Justiça e no Tribunal de Contas, afirma que existem fortes indícios de que a Ciga Alimentos foi beneficiada para vencer a licitação do serviço de alimentação no Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia** e que é gravíssima a relação da dona da empresa com um servidor da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP). "Ele é marido, trabalha no sistema, é motorista do diretor que mandou voltar atrás na decisão que tinha indeferido a habilitação da empresa (Ciga), os indícios são gravíssimos."

Segurado argumenta que a postura da DGAP no processo, segundo ele em defesa da Ciga e atacando a Vogue, reforça a parcialidade do órgão na licitação. "Isso demonstra claramente que eles estão tentando favorecer um em detrimento do outro."

O advogado diz que a Vogue estava na Justiça contra a licitação questionando aspectos legais e que a relação entre os sócios da Ciga com um servidor da DGAP foi primeiro apontada pelo sindicato que representa os policiais penais e depois acrescentada pela Vogue na acusação feita no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). "E o **TCE** levantou novos dados já", afirmou ele, em referência ao apontamento que consta em uma instrução técnica do órgão de que o endereço da Ciga já foi citado pelo servidor da DGAP como residencial dele em um processo judicial de 2013.

Segurado também afirma que a Vogue presta o serviço há anos para o Estado e que nunca teve nenhuma denúncia contra. "Se tivesse era obrigação (da DGAP) ter apresentado."

Empresária rebate acusações

A empresária Suzane Fleury, uma das sócias da Ciga Alimentos, afirma que não há nenhuma irregularidade no contrato conquistado após processo licitatório, que a empresa tem condições de fazer o serviço conforme previsto no edital e que a Vogue Alimentação, que perdeu o pregão, está fazendo os questionamentos na Justiça e no Tribunal de Contas para tumultuar o processo e de alguma forma se beneficiar com isso, uma vez que é quem atualmente presta o serviço no Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia**.

"Pelo fato da Vogue não ganhar, fica levantando questões que não tem nada a ver. Se ela não aceita ter perdido, que colocasse valores que pudesse praticar, não que ficasse usando de sujeiras", comentou.

A Ciga Alimentos foi criada em 2009 e possui experiência no atendimento de contratos do segmento. Ela presta serviços para restaurantes populares dos governos estaduais de **Goiás** e do Distrito Federal.

Nesta terça-feira (16), a Ciga divulgou nas suas redes sociais uma nota de esclarecimento na qual afirma que as denúncias são caluniosas, infundadas e que as decisões que mantiveram a empresa como a detentora da oferta mais vantajosa para a DGAP foram validadas pela **Controladoria Geral do Estado** (**CGE**) e pelo Judiciário. "A empresa comprovou em todos os âmbitos processuais a sua capacidade."

Suzane negou que sua relação com o sargento da PM José Fábio Vieira de Sá tenha influenciado na conquista do contrato. Na nota nas redes, a Ciga diz que o sargento não possui nenhuma relação com a pessoa jurídica licitante. Ao POPULAR, a empresária disse que ele não ocupa nenhum cargo relacionado ao processo licitatório.

"O José Fábio não tem a ver com a minha profissão,

nada a ver. Além do mais, ele não faz parte de nenhuma destas questões da licitação, não faz parte de nada disso. Talvez por eu ser mulher, a empresa (Vogue) está alegando que eu não tenha competência? Não existe isso", disse Suzane, destacando que desde a fundação a Ciga não tem "nenhuma mancha".

Ainda segundo a empresária, que divide a sociedade da Ciga com seu filho, é mentira que a empresa teve acesso a informações privilegiadas durante a licitação. Ela também afirma que seu papel é cuidando da empresa e que os processos licitatórios são acompanhados por escritórios de advocacia especializados. "Nós somos proprietários, só temos os resultados finais."

Site: https://opopular.com.br/noticias/cidades/contrato-de-marmitas-no-sistema-prisional-de-goi%C3%A1s-%C3%A9-alvo-de-den%C3%BAncias-1.2355747

Ipasgo tem troca de comando, mas força-tarefa continua

O secretário-geral da Governadoria de **Goiás**, Adriano da Rocha Lima, diz que o trabalho da força-tarefa criada para fazer auditoria no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) continua em andamento, mas que o secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino, que acumulava a presidência da autarquia desde setembro, já fez sua parte.

Na sexta-feira (12), o governador Ronaldo Caiado (DEM) publicou, em edição suplementar do Diário Oficial do Estado (DOE), a saída de Alexandrino da presidência do Ipasgo, que ocupava de forma interina, e a nomeação de Leonardo Lobo Pires para o posto. Com isso, o titular da Secretaria de Estado da Saúde deixa de acumular as duas funções.

Leonardo estava nomeado como assessor especial na Secretaria de Estado de Administração e era o atual diretor de Gestão Integrada do Ipasgo. No site do instituto, já consta o novo organograma, com os ocupantes dos cargos comandados pelo novo presidente.

O governador nomeou Alexandrino para assumir o Ipasgo interinamente em 21 de setembro, um dia depois da saída de Hélio José Lopes. Seu pedido de exoneração foi feito no momento em que a autarquia estava envolvida em uma polêmica provocada pelo corte de 50% das cotas de atendimentos eletivos.

Na época, o POPULAR noticiou que o corte teria sido decidido à revelia do governador e, portanto, teria gerado estresse no Palácio das Esmeraldas. Quatro dias antes da exoneração de Hélio, o **conselheiro Celmar Rech**, do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), determinou, em medida cautelar, o restabelecimento das cotas.

Quando Alexandrino assumiu, o governo anunciou um trabalho de compliance, que tinha a intenção de recuperar R$ 200 milhões com auditoria de faturas. Na época, foi criada uma força-tarefa com os secretários Adriano da Rocha Lima (Governadoria) e Rodney Miranda (Segurança Pública) e o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller.

Segundo Rocha Lima, o trabalho da força-tarefa segue em andamento. O secretário afirma que Ismael, durante esses quase dois meses, organizou os processos e implantou o grupo de trabalho. "Agora, precisa de alguém dedicado para dar continuidade", justifica.

Ele também afirma que a expectativa de recuperar R$ 200 milhões pode ser reduzida. "Mas ainda há muito trabalho por fazer", conclui.

Site: https://opopular.com.br/noticias/politica/ipasgo-tem-troca-de-comando-mas-for%C3%A7a-tarefa-continua-1.2355720

Projetos de deputados são destaque da sessão desta 4ª-feira, 17

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 17, deve contar com 65 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião desta semana será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 63 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 19 propostas em fase de votação definitiva e 44 em primeira apreciação. De autoria do Poder Executivo, a pauta traz um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta do deputado Álvaro Guimarães (DEM) que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia municipal GTB-001 situada no município de Goiatuba. O texto foi protocolado na Casa sob nº 5282/21 .

A referida rodovia passa por várias propriedades rurais que desenvolvem ampla atividade agrícola e pecuária, as quais têm encontrado dificuldade no escoamento da produção. Álvaro Guimarães coloca, em justificativa à sua iniciativa, que os moradores do município de Goiatuba enfrentam dificuldades para uso da via, que se encontra em precárias condições, o que causa transtornos para os usuários e amplia o risco de acidentes. "É indubitável o grande fluxo de veículos nessa estrada, sendo necessária e importante, portanto, a estadualização reivindicada" defende o deputado.

Pesca

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 6495/21 , de autoria do deputado Tião Caroço (DEM), que altera a Lei nº 13.025, de 13 de janeiro de 1997, a qual dispõe sobre a pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática em **Goiás**.

A intenção dessa alteração, segundo consta no texto da matéria, é introduzir na legislação estadual a figura do guia de pesca e turismo ambiental e regulamentar tal atividade. Além disso, propõe-se fazer um cadastro estadual desses guias para auxiliar no controle da atividade e na criação de ações afirmativas que causem o incremento e a melhoria dos serviços destes guias. "Melhorando, assim, a prestação dos serviços ligados ao turismo em **Goiás**", anota Caroço em justificativa.

De acordo com a proposta, em caso de prática de infração ambiental, o cadastro do guia de pesca e turismo ambiental, após devido processo administrativo, será suspenso por um ano. Em caso de reincidência, a suspensão será de dois anos.

O licenciamento para a atividade de pesca esportiva e subaquática será limitado à captura e ao consumo, que deve acontecer apenas no local da pescaria. "Com estocagem máxima permitida de três quilogramas de pescado por pessoa portadora de licença de pesca, sem direito ao transporte para outras localidades e respeitando os limites de tamanho mínimo e máximo estipulados para cada espécie, sendo proibido o abate das mesmas em defeso", explica o texto do projeto.

Cooperativismo

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 8131/21 , assinado pelo presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB). A proposta institui a Política Estadual do Cooperativismo em **Goiás** e prevê um conjunto de diretrizes e regras voltadas para o incentivo à atividade e ao seu desenvolvimento no estado.

Se esses projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 17, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/projetos-de-deputados-sao-destaque-da-sessao-desta-4a-feira-17/

Projetos de deputados são destaque da sessão desta 4ª-feira, 17

Da Redação

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 17, deve contar com 65 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião desta semana será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 63 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 19 propostas em fase de votação definitiva e 44 em primeira apreciação. De autoria do Poder Executivo, a pauta traz um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta do deputado Álvaro Guimarães (DEM) que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia municipal GTB-001 situada no município de Goiatuba. O texto foi protocolado na Casa sob nº 5282/21 .

A referida rodovia passa por várias propriedades rurais que desenvolvem ampla atividade agrícola e pecuária, as quais têm encontrado dificuldade no escoamento da produção. Álvaro Guimarães coloca, em justificativa à sua iniciativa, que os moradores do município de Goiatuba enfrentam dificuldades para uso da via, que se encontra em precárias condições, o que causa transtornos para os usuários e amplia o risco de acidentes. "É indubitável o grande fluxo de veículos nessa estrada, sendo necessária e importante, portanto, a estadualização reivindicada" defende o deputado.

Pesca

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 6495/21 , de autoria do deputado Tião Caroço (DEM), que altera a Lei nº 13.025, de 13 de janeiro de 1997, a qual dispõe sobre a pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática em **Goiás**.

A intenção dessa alteração, segundo consta no texto da matéria, é introduzir na legislação estadual a figura do guia de pesca e turismo ambiental e regulamentar tal atividade. Além disso, propõe-se fazer um cadastro estadual desses guias para auxiliar no controle da atividade e na criação de ações afirmativas que causem o incremento e a melhoria dos serviços destes guias. "Melhorando, assim, a prestação dos serviços ligados ao turismo em **Goiás**", anota Caroço em justificativa.

De acordo com a proposta, em caso de prática de infração ambiental, o cadastro do guia de pesca e turismo ambiental, após devido processo administrativo, será suspenso por um ano. Em caso de reincidência, a suspensão será de dois anos.

O licenciamento para a atividade de pesca esportiva e subaquática será limitado à captura e ao consumo, que deve acontecer apenas no local da pescaria. "Com estocagem máxima permitida de três quilogramas de pescado por pessoa portadora de licença de pesca, sem direito ao transporte para outras localidades e respeitando os limites de tamanho mínimo e máximo estipulados para cada espécie, sendo proibido o abate das mesmas em defeso", explica o texto do projeto.

Cooperativismo

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 8131/21 , assinado pelo presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB). A proposta institui a Política Estadual do Cooperativismo em **Goiás** e prevê um conjunto de diretrizes e regras voltadas para o incentivo à atividade e ao seu desenvolvimento no estado.

Se esses projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 17, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetaplay.com.br/projetos-de-deputados-sao-destaque-da-sessao-desta-4a-feira-17/